



***Pronunciamentos
do
Judiciário
1996-2000***

1997

Arnoldo Anater
Organizador

776 06/10/10
100-10/10/10

**ARTES &
TEXTOS**

EXPOSIÇÃO RECONSTITUI CLOTÁRIO DE MACEDO PORTUGAL

Uma exposição de fotos, documentos originais, recortes de jornais, peças da indumentária e objetos de uso pessoal, além de uma cabeça de bronze, reconstitui a trajetória do magistrado Clotário de Macedo Portugal, uma das personalidades mais marcantes da Justiça do Paraná.

A mostra foi aberta em 31 de outubro no hall de entrada do Palácio da Justiça, em Curitiba. Organizada pelo Museu da Justiça, a exposição conta a história e pedaços da vida de Clotário Portugal, que, se vivo, estaria hoje com 116 anos. A abertura foi feita pelo chefe do Poder Judiciário paranaense, desembargador Henrique César, tendo lembrado episódios da vida do homenageado seu neto desembargador Clotário Portugal Neto. Presentes, entre muitos familiares e amigos o filho João Cid de Macedo Portugal.

UM JUIZ DE BOTAS E WINCHESTER

O filho, desembargador João Cid de Macedo Portugal, contou assim a vida e episódios que marcaram o pai, Clotário de Macedo Portugal: “Nasceu em Campo Largo da Piedade, em 8 de junho de 1881, filho de James Pinto de Azevedo Portugal, Coronel da antiga Guarda Nacional e de Ana Rosa de Macedo Portugal. A família Macedo, então chefiada pelo Cel. João Ribeiro de Macedo, era domiciliada em Porto de Cima, Morretes, onde possuía seus engenhos, vivia em Campo Largo a família Portugal, chefiada pelo referido Cel. James. Notando a família Macedo, ser Campo Largo mais favorável ao plantio e comércio da erva, passou a cultivá-la e deu início à montagem dos seus engenhos. Desta forma as famílias Macedo e Portugal, no mesmo ramo de comércio e de igual importância social, passaram a se unir através do casamento, daí ser hoje, uma família só: “Macedo Portugal”.

Clotário de Macedo Portugal, o homenageado, fez seu curso primário em Campo Largo e o secundário em Curitiba, no afamado Colégio “Júlio Theodorico”. O seu curso de Direito fez em São Paulo, no antigo prédio do Largo de São Francisco com a conclusão em 1905. Muito a dever ficou ao seu cunhado, o saudoso Francisco de Azevedo Macedo, que como advogado de escola no Paraná, o auxiliou monetariamente na sua permanência na capital paulista onde ele se manteve, por vezes sem poder tirar o fraque que encobria da calça furada.

Formado, logo no início do ano de 1906 foi nomeado pelo Presidente do Estado, Dr. Vicente Machado, Promotor Público da Comarca de Tibagi, cargo que ocupou a contento, inclusive conseguindo o respeito do temível político Telêmaco Borba, que logo o visitou dizendo: Dr. Clotário! O Senhor sabe que a comarca de Tibagi é minha? Obtendo como resposta: E o senhor sabe que eu sou o marido?

Em 1908 foi removido para a comarca de Jaguariaíva, onde foi igualmente feliz e em 1910, nomeado Juiz de Direito da comarca denominada Porto de União da Vitória, então conturbada pela “Guerra do Contestado”, promovida pelos fantásticos, adeptos do monge José Maria de Agostinho. Ali ele fez evacuar a cidade, inclusive com a retirada de sua mulher Anita e sua filhinha Alice, com

embarque do último trem que rumando para Teixeira Soares, onde residia a irmã de Anita, Otília, casada com o saudoso Jaime Loyola e seu irmão Manoel de Azevedo Macedo.

Na cidade de União da Vitória, Clotário permaneceu com o Tabelião José Cleto da Silva e mais companheiros, perfazendo o número de 40 homens, de winchesters em punho, durante 40 dias e 40 noites, sem retirar as botas, guardando a cabeceira da ponte.

Nesse interim, chegou à cidade o Capitão Mattos Costa, comandando um contingente de 50 homens, o qual foi aconselhado pelo Juiz Clotário, que ficasse na cidade e não fosse ao encontro dos fanáticos, que estavam em número de 700 e bem armados. Mattos Costa respondeu: Dr. Clotário, o senhor está com medo! A resposta: Tanto que não tenho medo, que seguirei junto! Mas o capitão, teimoso e de real coragem disse: Fanáticos eu pego a laço!

Seguindo ao encontro destes e deixando o Juiz e seus homens a guardarem a ponte. Junto levou um guia. O trem tinha percorrido poucos quilômetros quando o guia exclamou ao notar a presença de cachorrinhos à beira da estrada: os homens estão aí, mal dando tempo de parar o trem e do Capitão desembarcar com seus soldados quando irrompeu o tiroteio. O maquinista deu marcha ré ao comboio sem dar tempo ao embarque dos fanáticos, dando notícia ao Juiz do que tinha acontecido, tendo este com seus homens, embarcado no mesmo trem e encontrado o contingente inteiro morto, com uma cruz feita a facão da cabeça e outra do peito de cada um.

Levados à estação, foram amontoados para as providências do sepultamento.

Na ocasião, chegou à cidade comandando um batalhão do Exército, o Cel. Setembrino de Carvalho, que em poucos dias, passou a respeitar e ouvir o Juiz Clotário, pondo cobro aos brados de seus soldados, que levianamente diziam: ao primeiro tiro acabaremos com esses paisanos!

Em Teixeira Soares não havia notícia, mas Manoel alentava sua irmã Anita, com falsos telegramas de que estava tudo bem.

No ano de 1916, Clotário foi removido para a comarca de Rio Negro e em seguida, pelo Presidente Afonso Alves de Camargo, nomeado para o cargo de Procurador Geral da Justiça. No cargo tão bem se conduziu que no governo seguinte, do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, ao cargo foi reconduzido, permanecendo até 1924, quando nomeado para um novo cargo então criado, de Corregedor Geral da Justiça do Estado. As correções foram feitas em todo o Estado, quando em 1926, ele foi nomeado Chefe de Polícia, em cujo cargo conseguiu prender o afamado bandoleiro Fabrício Vieira, já era por ele condenado, quando Juiz de União da Vitória. Quanto nomeado Chefe de Polícia, já era Desembargador, o primeiro paranaense que assumiu o Tribunal de Justiça com as reservas dos Desembargadores, então nordestinos. Se impôs, que em 1929 foi eleito o Presidente daquela Corte para o exercício seguinte. Em 1930, não se deixou candidatar, mas no ano seguinte foi o Presidente eleito e todos os anos reeleito contra o eu voto e com apresentações de renúncias nunca aceitáveis. Sempre bem quisto pelos colegas que no cargo permaneceu até sua morte em 9 de fevereiro de 1947. Foi fundador e Presidente do Tribunal Eleitoral do Estado e presidiu a eleição ocorrida com a vitória do Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Em 1930, quando assumiu a Interventoria do Estado o Sr. Manoel Ribas,

nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, desde logo se apresentou ao Desembargador Clotário, visitando-o na residência deste e convidando-o para exercer o cargo de Secretário do Interior e Justiça. Assegurou-lhe, que assim fazia, porque como presidente que era de uma grande cooperativa em Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, vinha bem informado de que o nome Clotário seria uma garantia para o seu Governo. Recebeu resposta negativa de que não podia aceitar cargo político porque era magistrado. Mas, Manoel Ribas removeu o impasse conseguindo com o Presidente da República, a revogação do proibitivo constitucional e nomeou para o cargo, o seu pretendido auxiliar.

No ano de 1933 nasceu o Rotary Club de Curitiba. Era uma manhã de março, quando em frente a sua casa da antiga Rua Colombo, hoje Desembargador Clotário Portugal, estacionaram diversos automóveis, desembarcando diversos homens ilustres entre os quais Francisco Johnscher, proprietário do Grande Hotel Moderno e do Hotel Johnscher, Luiz Guimarães, cafeicultor que havia construído o palacete do Batel, onde está instalada a Rede Paranaense de Televisão; Rivadavia Macedo, Presidente do Banco do Estado; Hermano Machado, Diretor do Banco do Comércio; Carlos Stelfeld, proprietário da Farmácia Stelfeld; Luiz Ciruelos, Cônsul da Espanha e concessionário Ford; Paulo Franchi, empresário; Ivo Leão, ervateiro e Edgar do Amaral, engenheiro que fazia o asfalto da Rua 15 de Novembro.

Com aceitação do ingresso, Clotário levou ao Clube grandes personalidades como Manoel Ribas, Interventor do Estado; Vitor Ferreira do Amaral, Reitor da Universidade; João Cândido Ferreira, médico padrão; José Pereira de Macedo, também médico dos mais ilustres; Leão Mocelin, cirurgião dentista e muitas outras figuras de importância no cenário paranaense.

Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, Clotário assumiu o governo do Estado, ao toque da corneta e da apresentação de armas da escola palaciana, disse a João Cid: "Isto é que ilude muitos homens, porque pensam que a corneta toca, com apresentação de armas para eles. Mas isto é para Interventor, porque amanhã, eu deixando o cargo e por aqui passando, não tenho mais nem batida de calcanhar da sentinela".

Durante a sua gestão, reintegrou administrativamente no cargo do Primeiro Promotor Público de Curitiba o bacharel Divonsir Barba Côrtes, mandando que o ocupante do cargo, seu filho João Cid voltasse para o interior.

No dia que Clotário deixou o cargo de Interventor, teve sua casa cheia de amigos que o cumprimentavam e que tomavam o champanhe que ele não deixou de abrir no dia da posse.

As Presidências dos Tribunais de Justiça e eleitoral ele retomou e com afinco aos seus trabalhos judiciários até 9 de fevereiro de 1947, quando no auditório do Tribunal em Sessão Plena, empossou o Dr. Carvalho Chaves na Interventoria do Estado, ocasião em que sentia forte dor no peito. Mas em casa, medicado pelos médicos Lauro Portugal Tavares e José de Azevedo Macedo, apresentou melhora, tanto que lavrou seus últimos acórdãos, em autos de habeas corpus que já havia julgado. À noite, penalizado, assistiu, de uma das janelas de sua casa, o clarão do incêndio do prédio da Foto Brasil. Pelas 4 horas da madrugada, dormindo, foi levado ao mundo dos mortos, acometido de um enfarto do miocárdio. A sua casa encheu de pessoas de todas as classes e no seu funeral, com honras de Chefe de

Estado, 12 oradores se pronunciaram.

Deixou viúva Anita e filhos, Alice, casada com o Magistrado James Pinto de Azevedo Portugal que morreu como Desembargador, João Cid de Macedo Portugal, hoje Desembargador aposentado; Clotário de Macedo Portugal Filho, advogado de saudosa memória; Ana Maria Portugal Faria, casada com o Juiz de Direito Orlando Rocha Faria, hoje de saudosa memória; Myriam Clodomira Portugal Bacellar, casada com Romeu Felipe Bacellar, hoje de saudosa memória e Therezinha, solteira, hoje viúva, do saudoso bacharel Brazílio Bacellar Filho. Já existiam os netos, Maria da Luz, Maria Clotelvina, Clotário e José, filhos de Alice; Roberto, Raul e Ana Leonor, filhos de João Cid; Cleonice filha de Ana Maria; Rui e Romeu Felipe Filho de Myrian.

Na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, era catedrático de Direito Penal, sempre querido por seus alunos, tanto que, muitas vezes parainfou turmas de bacharéis.

Em família era marido exemplar e pai amoroso.

Ensinava aos filhos as boas maneiras e não permitia que um filho sentasse à mesa de refeições sem que estivessem sem paletó. À noite até as 10 horas estariam em casa. As filhas não podiam dançar antes do noivado. Era bom cavaleiro e exigia que seus filhos também cavalgassem bem. Sua cadeira do escritório, escrivaninha e documentos estão no Museu da Magistratura. Seus livros foram repartidos como cartas de baralho aos filhos e os que tocaram a João Cid, muitos doados à Escola da Magistratura, quando ele foi supervisor. Seu armário de livros está com o neto Paulo Clotário.